

Consulta Pública n.º 7/2020

Projeto de Norma Regulamentar que densifica os deveres dos seguradores previstos no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio

O n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, diploma que estabelece um regime excecional e temporário, no âmbito da pandemia da doença COVID -19, relativo ao pagamento do prémio de seguro e aos efeitos da diminuição temporária do risco nos contratos de seguro decorrentes de redução significativa ou de suspensão de atividade, prevê que compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) densificar, por norma regulamentar, os deveres dos seguradores previstos no decreto-lei.

Por outro lado, o n.º 1 do artigo 5.º e o n.º 2 do artigo 6.º do mesmo diploma reconhecem a ASF como responsável pela respetiva supervisão e fiscalização da aplicação, tornando-se necessário que a ASF disponha de informação específica que habilite a Autoridade ao exercício das competências que lhe foram cometidas.

Assim, o projeto de norma regulamentar agora colocado em consulta pública densifica os deveres dos seguradores previstos no Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio, e estabelece o conteúdo, formato, meio e prazos do reporte de informação à ASF para cabal exercício das competências de supervisão desse regime.

Os comentários sobre o projeto de norma regulamentar devem ser remetidos, por escrito, até ao dia 15 de junho de 2020, preferencialmente para o seguinte endereço de correio eletrónico: consultaspublicas@asf.com.pt

Atendendo a razões de transparência, a ASF propõe-se publicar os contributos recebidos ao abrigo desta consulta pública. Assim, caso o respondente se oponha à referida publicação deve referi-lo expressamente no contributo que enviar.

Por razões de equidade, os contributos recebidos após o final do prazo da consulta pública não serão considerados.